

Considerando a decisão proferida pelo Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 381/DF, que determina a “suspensão de todos os processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre a validade de norma coletiva que restrinja ou limite direitos trabalhistas não constitucionalmente previstos, inclusive os que versam sobre a aplicação do art. 62, I, da CLT aos motoristas profissionais externos do setor de transporte de cargas”, determino:

Encaminhe-se este expediente ao Serviço de Jurisprudência e Gerenciamento de Precedentes - SEJUP/Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP para ampla divulgação e registros pertinentes, ao qual incumbirá também o envio de cópia dos Ofícios e da decisão proferida pelo STF (marcadores 1 a 3) aos Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho, seus Gabinetes, aos Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos, às Varas do Trabalho, bem como ao Serviço de Recursos de Revista – SERREV, para as providências pertinentes.

Após, apense-se este expediente ao PROAD n. 7357/2019, por existir determinação de julgamento conjunto deste tema com o de Repercussão Geral n. 1046.